

A ORGANIZAÇÃO DA DEFESA NA ILHA DE ITAMARACÁ NO PERÍODO COLONIAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DO LITORAL DE PERNAMBUCO

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

Josué Lopes dos Santos

RESUMO

O artigo tem como objetivo realizar um panorama sobre a situação da Ilha de Itamaracá, no litoral norte pernambucano, em relação aos seus principais pontos fortificados durante o período colonial. Neste sentido, buscamos elaborar um levantamento bibliográfico e documental sobre os aspectos referentes à militarização espacial do território da ilha, analisando, para isso, os dois principais redutos do local: o Forte Orange e o Fortim de Catuama.

Palavras-chaves: Ilha de Itamaracá; Redutos fortificados; Arqueologia histórica.

ABSTRACT

Our work aims to conduct an overview on the situation of Itamaracá, on the northern coast of Pernambuco, in relation to its main strong points during the colonial period. In this sense, we seek to develop a bibliographic and documentary about aspects related to space militarization of the island, looking for it, the two main strongholds of the place: the fort and blockhouse of Orange Catuama.

Keywords: Itamaracá; Fortified strongholds; Historical Archaeology.

MOTIVOS PARA A DEFESA DO LITORAL DA AMÉRICA PORTUGUESA

As principais vilas e cidades portuguesas, onde estavam alicerçados os maiores expoentes da materialização do poder local, via de regra, estavam situadas na zona costeira, principalmente nos primeiros séculos da colonização. Por isso, defender o litoral era fator de importância vital dentro do contexto colonial. A construção física do ambiente citadino na ótica urbanística portuguesa adotava a prerrogativa de fundar seus principais sítios ao alcance do mar ou próximo a ele (TEIXEIRA, 200:5). O principal fator que concorria para esse padrão era a necessidade quase indispensável do porto, já que ele exercia grande influência sobre a dinâmica social da cidade, no sentido de dinamizar a atividade comercial e administrativa local.

Diante do exposto, fica nítido o interesse em defender o litoral, no caso a costa da América portuguesa, da ameaça estrangeira, e isso se fez, principalmente, pela construção de fortificações e fundação de vilas em pontos prioritários de defesa. Resguardar o território da ameaça de vassallos de outras Coroas europeias obrigou os administradores locais à elaboração de um sistema de defesa que deveria ser o mais eficiente e eficaz possível, e controlado pela Coroa portuguesa, pois, “diante da possibilidade de danos externos, a cautela tornou-se uma regra que regeu a governança durante todo o período colonial” (MIRANDA, 2006:35)

Visando atender a essa demanda, ainda nos primeiros anos da colonização, a construção de fortes ou redutos fortificados se tornou quase indispensável na colônia. Já no início do século XVI, a autoridade portuguesa não se fazia de forma eficaz, no sentido de controlar e vigiar o vasto território ainda com fronteiras fluidas e pouco delimitadas. Diante desta situação, era constante a atuação estrangeira no território que oficialmente pertencia a Portugal (ABREU, 1988). Especialmente franceses, holandeses e ingleses frequentavam e exploravam a costa, buscando áreas longe das vistas da Coroa para se estabelecer. No início do século XVI, por exemplo, os franceses se instalaram e construíram uma fortificação no território da Ilha de Itamaracá, visando controlar o comércio na região e confrontar a Feitoria de Cristóvão Jacques na outra margem do rio, esta que era importante para recolhimento e comercialização de produtos oriundos dos arredores do local (GUERRA, 1996).

As iniciativas de defesa e militarização da sociedade colonial não é uma exclusividade de Portugal. Todas as Coroas que controlavam terras no além-mar deveriam se articular em torno de um sistema de defesa eficaz (ALBUQUERQUE, 1999).

Ao longo de toda a costa da África e pontos da Índia, por exemplo, onde era mais intenso o trato com as especiarias e escravos a partir de portos mais acessíveis, os portugueses construíram, eventualmente, de acordo com a demanda, feitorias e fortalezas desde o século XV para garantir a defesa do local, já que, dentro de um contexto integrado entre as diversas partes do reino, “os direitos de Portugal sobre as terras do Brasil e o seu Império ultramarino, em última instância, estavam condicionados pela ocupação efetiva das regiões e a sua capacidade de, ao longo dos tempos, manter essa ocupação.” (COSENTINO, 2012:10).

Principalmente no século XVI, manter essa ocupação era o maior desafio, pois as fronteiras territoriais eram fluídas e pouco definidas, e Portugal não estava presente nas imensas proporções territoriais do Novo Mundo (COSENTINO, 2012).

As investidas holandesas se intensificaram a partir do início do século XVII, por isso estes obtiveram maior êxito do que os franceses, chegando a controlar os principais centros e portos da época na América portuguesa por vários anos desse século (MELLO, 2001).

No contexto das terras do Brasil, Charles Boxer argumenta que foi justamente essa situação de tensão constante, relacionada à atuação cada vez maior de estrangeiros na costa brasileira, que impulsionou Portugal a, gradativamente, tomar medidas visando à efetiva colonização do imenso território e, conseqüentemente, à sua militarização:

A ameaça crescente da possível fixação dos franceses nessa parte da América do Sul, que fora designada à Coroa portuguesa pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, acabou induzindo Dom João III à sistemática colonização do Brasil (BOXER, 2002:10).

Em 1627, Frei Vicente do Salvador já alertava para a questão da frágil legitimidade lusitana sobre as novas terras e os conflitos oriundos da exploração daquelas conquistas. Ao refletir sobre o século XVI e as questões relacionadas aos direitos adquiridos para a ocupação e colonização do Brasil, o Frei argumenta que, “Grandes dúvidas e diferenças se começavam a mover sobre as conquistas das terras do Novo Mundo, e houveram de crescer cada dia mais.” (SALVADOR, 2009:37).

Gabriel Soares de Sousa, ao realizar o seu tratado descritivo do Brasil, em 1587, apela à Coroa apontando os problemas que a falta de uma organização militar mais elaborada poderia acarretar para as terras do Brasil. Segundo Sousa, após opinar sobre a situação das finanças no reino:

[...] com o que pode mandar fortificar e prover do necessário à sua defesa, o qual está hoje em tamanho perigo, que se nisso caírem os corsários, com mui pequena armada se senhorearão desta província, por razão de não estarem as povoações dela fortificadas, nem terem ordem com que possam resistir a qualquer afronta que se oferecer, do que vivem os moradores dela tão atemorizados que estão sempre com o fato entrouxado para se recolherem para o mato, como fazem com a vista de qualquer nau grande, temendo-se serem corsários, a cuja afronta Sua Majestade deve mandar acudir com muita brevidade, pois há perigo na tardança, o que não convém que haja, porque se os estrangeiros se apoderarem desta terra custará muito lançá-los fora dela pelo grande aparelho que têm para nela se fortificarem, com o que se inquietará toda Espanha e custará a vida de muitos capitães e soldados (SOUSA, 2010:34).

Importante observar o realce que Gabriel Soares aplica ao falar sobre a necessidade de organizar um sistema de defesa mais elaborado nessas terras que ele afirma estarem esquecidas, quando chamou a atenção ao fato de que, sendo o Brasil atacado por uma esquadra inimiga, por menor que ela seja, as forças locais poderiam sucumbir com facilidade, já que a terra não estava fortificada de maneira satisfatória, segundo o cronista. A incipiente estrutura de defesa local amedrontava os moradores, que, sem muitas condições de se organizarem de forma mais eficiente para defender o espaço, muitas vezes preferiam se esconder diante da ameaça e perigo. Por fim, Sousa reforça os problemas oriundos de uma possível invasão estrangeira às terras do Brasil, já que o mínimo de organização física que estes conseguissem instalar no espaço, seria um grande problema para que fossem expulsos, devido às circunstâncias militares em que estava inserido esse espaço de maneira geral. Vale salientar que, no contexto de produção do documento citado, estava em vigor a União Ibérica, e, dessa maneira, Gabriel Soares deveria prestar contas ao Rei da Espanha.

Efetivamente, a organização física e espacial do Brasil em relação à defesa do território está ligada ao projeto de colonização aplicado a esse espaço. Desde o século XVI, foi sendo incutido na sociedade que se desenvolvia um projeto de ação militar esboçado pela Coroa. Ou seja, ao mesmo tempo em que fortificações, redutos e vilas foram sendo erguidos nos mais diversos pontos das novas terras pertencentes a Portugal, os próprios colonos deveriam se armar. Kalina Silva argumenta, em relação a esse fator, que, principalmente nos dois

primeiros séculos da colonização, não existia uma divisão entre o poder civil e o poder militar.¹

Acerca do projeto de colonização implementado na América portuguesa, essa autora completa afirmando que “o projeto defensivo planejado para as capitanias é obrigar por lei que cada colono do Novo Mundo tenha armas, e que se ponha sob o comando do donatário para usá-las.” (SILVA:1999:59).

Como já foi sinalizado neste trabalho, existia um discurso jurídico que legitimava Portugal como soberano na exploração das novas terras conquistadas. Porém essa autoridade era constantemente ameaçada através da atuação de estrangeiros nessas conquistas. Então a principal medida adotada pela Coroa foi, justamente, organizar a colonização do Brasil através da militarização da população e do espaço como fator de importância capital (DONIN, 2012). Para além da sociedade militarizada, o espaço deveria estar inserido dentro de uma lógica de defesa da forma mais eficaz possível. Essa ideia se deu através da distribuição de fortes, paliçadas, redutos, feitorias em pontos prioritários. Tal assunto será o objetivo central deste artigo, analisando numa micro escala a defesa dos portos da Ilha de Itamaracá, para cotejar o macro, em relação à defesa do litoral da América portuguesa como um todo.

Essas medidas de militarização social e do espaço físico estão inseridas, principalmente, no contexto de manter e resguardar os entrepostos marítimos, onde o fluxo comercial era intenso e a necessidade de defesa era mais acentuada. O fator de manter os espaços de poder comercial no além-mar se sobressaía à manutenção do espaço físico das conquistas, ou seja, dentro dessa lógica seria mais importante manter um centro comercial em potencial, como o Recife, do que destinar recursos para manutenção e colonização de terras inóspitas e longínquas sem atrativos financeiros em curto prazo, principalmente nos primeiros séculos da conquista (DONIN, 2012).

Nesse sentido, pode-se dizer que, “nas vastas causas da expansão e consolidação do Império português, o predomínio do monopólio das rotas marítimas despontava como fator relevante.” (DONIN, 2012:39). Esse fator já fora sinalizado por Charles Boxer no seu *Império Marítimo Português*, porém, ressalta o autor, que justamente a falência do projeto português em defender e manter suas rotas marítimas é que foi a responsável pelo declínio da influência portuguesa nos mares. Ronald Raminelli, ao analisar a construção das redes de conexão

marítimas entre as diversas partes do reino, lembra que “O domínio espacial era menos relevante, quando comparado à circulação comercial e ao controle marítimo.” (RAMINELLI, 2008:16).

Tal fator se intensificou a partir de fins do século XVII, quando, progressivamente, outras potências da época começaram a ganhar espaços e controlar rotas marítimas antes dominadas por Portugal, como, por exemplo, a Inglaterra (BOXER, 2002). Bruno Romero Miranda resume bem essas questões ao afirmar que “do mar vinha o perigo, ele era o caminho que ligava a colônia à metrópole, mas também era rota que permitia que inimigos de Portugal buscassem as riquezas da terra.” (MIRANDA, 2006:34). O progressivo declínio português sobre o controle dos mares fez enfraquecer seu poder antes exercido de controlar a busca das riquezas da terra, enfraquecendo-o frente a seus inimigos.

As áreas de importância econômica e administrativa, tais como centros urbanos, reservas de produtos para comercialização e zonas portuárias, mereciam especial atenção em relação às estratégias de militarização, já que constituíam fatores essenciais para manter-se uma ordem econômica e social (TEIXEIRA, 2000). Sendo assim, essas regiões deveriam estar inseridas em um eficaz sistema de defesa, padrão intrínseco a qualquer potência que detinha territórios coloniais.

No contexto português, as estratégias de defesa física e espacial do território versavam, na maioria das vezes, na construção de fortificações, redutos e muralhas. Muitas vezes, as unidades anteriormente mencionadas estavam localizadas em áreas estratégicas, com isso, aproveitavam a topografia e geografia do local para potencializar sua atuação ofensiva e defensiva (TEIXEIRA, 2000).

No livro *Fortes de Pernambuco*, os autores realizam uma detalhada relação dos principais pontos que serviram como redutos fortificados durante a história de Pernambuco, cujos dados são da última edição do livro, que data de 1999. A publicação, vinculada ao laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, relaciona 75 pontos fortificados no atual espaço do Estado. Não restam evidências físicas de alguns deles, já outros carecem de medidas governamentais mais eficientes, visando sua salvaguarda; mas o importante nesse contexto é visualizar a importância do litoral pernambucano no âmbito colonial. Esses pontos

fortificados são de origens diversas, porém sua grande maioria é português e remete ao período colonial (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 1999).

Usando como exemplo a área portuária do Recife e tomando como base o trabalho de Bruno Romero Miranda, teríamos no istmo, defendendo a barra e o porto do local, uma imensa quantidade de pontos fortificados. Miranda relaciona que, no ano de 1617, a zona portuária do maior entreposto comercial de Pernambuco estava resguardada por pelo menos 11 redutos e fortes, entre eles estariam o Forte do Brum, forte de São Jorge e forte das Três Pontas (MIRANDA, 2006:56).

Exposta a necessidade e a intenção em defender o litoral, iniciaremos a análise da organização da defesa das áreas portuárias da Ilha de Itamaracá nos primeiros séculos da colonização a partir, principalmente, das iconografias e descrições de cronistas da época.

AS UNIDADES DE DEFESA DA ILHA DE ITAMARACÁ

A estruturação da defesa de ilhas requer uma lógica específica. Nesses locais, o sistema de fortificações era pensado a partir da localização do centro administrativo e dos portos, visando guarnecê-los. Sendo a ilha próxima ao continente, as entradas das barras deveriam ser controladas, para impedir avanços inimigos. Nesse contexto, podemos inferir que a cidade e o porto estão intimamente ligados, já que um complementa o outro dentro de um sistema integrado de cooperação e influência comercial, administrativa e até mesmo ideológica. Genericamente, a associação das unidades *vila*, *porto* e *forte* representam a lógica de ocupação do território sob a ótica portuguesa, como explica Manuel Teixeira:

A maior parte das cidades portuguesas localizava-se junto ao mar ou nas margens dos rios. Uma situação privilegiada que encontramos em muitas cidades portuguesas, insulares e ultramarinas é a sua localização em baías abrigadas, com características de bom porto natural, com encostas suaves e percorridas por cursos de água doce e com boas possibilidades de defesa através do aproveitamento de acidentes naturais localizados nos extremos da baía, onde eventualmente se viriam a construir fortificações (TEIXEIRA, 2000:5).

Na Ilha de Itamaracá, esses fatores são visivelmente observados, já que o local abrigava um núcleo urbano, o qual controlava um porto, e as entradas das barras eram utilizadas para que embarcações atracassem guarnecidas por posições fortificadas em pontos estratégicos (ANDRADE, 1999). Nesse sentido, a ilha se constitui também em um bom exemplo para se entender a lógica de ocupação do espaço sob a ótica portuguesa. ²

Esses padrões serão analisados tomando como base o nosso objeto de estudo, que é a Ilha de Itamaracá e seus portos entre os séculos XVI e XVII. Todos os padrões apontados por Manuel Teixeira para uma vila insular podem ser observados se analisarmos a conjuntura do referido local, principalmente na primeira metade do século XVII. Nesse momento, as duas entradas das barras estavam protegidas por fortes; adentrando o canal existe o porto; rios de água doce que cortam o interior do local; além do que a topografia favorecia a implantação e defesa de um núcleo administrativo: a Vila de Nossa Senhora da Conceição.

Novamente baseando-se no livro *Fortes de Pernambuco*, teríamos, para a Ilha de Itamaracá, no nosso recorte temporal, quatro unidades defensivas dentro do território insular, os quais são: o Forte do Francês, Vila Velha, Forte Orange e o Fortim de Catuama — sobre estes é que iremos nos debruçar de forma mais intensa. Seguiremos com uma análise baseada em fontes documentais diversas, incluindo leituras de cronistas e viajantes e análise de iconografias, além da utilização de bibliografia específica sobre o sistema de defesa da Ilha de Itamaracá entre os séculos XVI e XVII, uma vez que esses fatores têm relação direta com a movimentação portuária do local.

Em relação ao Forte do Francês, descrito em alguns documentos mais não ilustrados em iconografias conhecidas até o momento, sabe-se pouco sobre sua história. Porém infere-se que teria sido construído ainda no início do século XVI. Como o nome já sugere, foi erguido por franceses no território da Ilha de Itamaracá (ALBUQUERQUE *et. al.*, 1999).

De acordo com o que já foi abordado aqui, nos primeiros anos da colonização existia a feitoria de Cristovão Jacques nos arredores da Ilha de Itamaracá. Essa unidade era alvo de constantes investidas inimigas. Inclusive, o ataque de uma nau francesa de nome *La Pellerine* é que foi responsável pela desativação dessa unidade, em 1532, após destruir e saquear sua incipiente estrutura física, levando grande quantidade de pau-brasil, artigos tropicais e animais. Logo após esse ocorrido, os franceses organizaram um reduto fortificado no território da Ilha de Itamaracá, que viria a se chamar Forte do Francês, visando, principalmente, se instalar definitivamente naquela região e organizar a exploração e comercialização dos produtos locais (ALBUQUERQUE *et. al.* 1999).

A atuação de corsários, como a que os franceses realizaram na feitoria portuguesa, e a sua posterior instalação naquele território representam argumentos e motivos para se iniciar um projeto de defesa e consolidação da presença por parte da Coroa. Esta foi iniciada logo de imediato, com o incentivo ao povoamento e militarização tanto daquele local quanto de outros pontos da colônia.

Esse forte, porém, logo foi alvo de intensos ataques portugueses, e uma esquadra sob o comando de Pero Lopes de Sousa, posteriormente nomeado donatário da Capitania de Itamaracá, restituiu o controle lusitano naquela região, e o Forte do Francês foi destruído (KEATING e MARANHÃO, 2011). O que se sabe hoje sobre o referido forte é que o mesmo estaria localizado na porção sul da Ilha de Itamaracá, às margens do Canal de Santa Cruz, mas ainda não foram encontrados resquícios de suas estruturas (ALBUQUERQUE *et. al.*, 1999).

É de Frei Vicente do Salvador uma das mais detalhadas descrições sobre essa fortificação francesa. Na sua *História do Brazil*, o Frei esclarece que:

Nesta Ilha de Itamaracá tinham os franceses feito uma fortaleza com um presídio de mais de cem soldados, com muitas munições e artilharia, onde se recolhia a gente dos seus navios quando vinham a carregar de pau-brasil que os gentios lhe cortavam [...] o qual sabido por el-rei D. João Terceiro, ordenou uma armada muito bem provida de todo o necessário, e mandou nela por capitão-mor Pero Lopes de Sousa, para que viesse primeiramente a esta ilha, e daqui a todos os mais portos, e lançasse dele todos os franceses que se achasse e destruísse suas fortalezas e feitorias (SALVADOR, 2009:95).

Já nos primeiros anos da colonização, o espaço da Ilha de Itamaracá e seus arredores se constituíram num território de constantes conflitos visando o controle da região. Nesse local, havia um porto cômodo em atividade; boas e numerosas fontes de produtos para comercialização, incluindo pau-brasil; e a própria ilha poderia se tornar um bom reduto devido à sua característica insular e por apresentar uma área de grande potencial defensivo, pois o acesso ao local se dava exclusivamente por via marítima, sem ligação com o continente (NEVES, 2009). Daí o motivo da cobiça constante pelo controle da região. Holandeses e franceses tentaram se fixar no local de forma mais incisiva, sendo estes expulsos no século XVI e aqueles, no XVII (LOPES, 2010).

Ao analisar esse Forte do Francês em Itamaracá, Lenivaldo Cavalcante lembra, ainda, que já havia vindo da França material bélico suficiente para armar a unidade, e, após o seu suplantamento por Pero Lopes, os invasores foram tratados sem piedade, segundo Cavalcante: O Capitão De La Mote, que comandava o Forte do Francês, como ficou conhecida a fortificação, perdeu a batalha ao lutar contra Pero Lopes. Os franceses se renderam e partiram do forte, que tem parte de sua estrutura destruída. Até o momento, nenhuma evidência física foi encontrada ou associada a tal construção. De La Mote e vinte de seus homens foram enforcados (CAVALCANTE, 2009:36).

Inclusive, o documento de Frei Vicente do Salvador nos fornece outro viés interpretativo ao indicar que, mesmo não se obtendo êxito em se instalar na Ilha de Itamaracá definitivamente, os franceses estariam se fixando em outros pontos da Capitania e a esquadra de Pero Lopes de Sousa deveria expulsá-los definitivamente do território, não somente da ilha.

De maneira prática, os dois principais fortes na Ilha de Itamaracá seriam o Forte Orange, construído pelos holandeses e que tem seu nome alterado para Fortaleza de Santa Cruz quando tomado pelos portugueses, e o Fortim de Catuama, ambos localizados em áreas estratégicas.

Em um contexto mais amplo, Gaspar Barlaeus descreve com grande riqueza de detalhes a situação do sistema de defesa da Ilha de Itamaracá enquanto a mesma estava sob o controle holandês:

Defendem Itamaracá os seguintes Fortes: o de Orange, na boca meridional do porto. Tem quatro bastiões e é cercado de uma estacada por falta de água nos fossos está armado de 12 canhões, 6 de bronze e 6 de ferro. Constitui a Fortaleza da Vila Schkoppe uma munição construída ao redor de uma igreja e de uma bateria. Esta fortificação protege o porto e uma torre de atalaia, ao norte, guarda a porta da vila. Na bateria acham-se montados 11 canhões, 2 de bronze e 9 de ferro. Na boca setentrional, há outra torre quadrada, que garante a entrada do canal (BARLAEUS, 1980:45)

Ao analisar a passagem, é possível inferir que as principais unidades de defesa locais estariam concentradas na porção meridional, entrada sul do Canal de Santa Cruz, com o Forte Orange e a própria Vila Schkoppe, que na verdade é a Vila de Nossa Senhora da Conceição, a qual teve seu nome alterado durante o domínio holandês. É importante observar que Barlaeus caracteriza a vila como uma fortaleza e ressalva que a mesma deveria proteger o porto.

Para a entrada setentrional, porção norte da Ilha, Barlaeus explica que existia uma torre quadrada defendendo a entrada do canal. O mais provável é que essa descrição pertencera ao

Fortim de Catuama. No relato, observa-se um contexto integrado que constitui o sistema de defesa física do território em que a Ilha Itamaracá estava inserida (BARLAEUS, 1980).

Em uma iconografia apresentada como *Eylant Itamarica*, datada de 1633 e com autor não identificado, é possível ter um panorama geral sobre a organização da defesa no espaço da Ilha de Itamaracá em relação aos seus portos e demais unidades importantes. Nela pode-se observar, com clareza, a ligação entre o fator defensivo, a organização portuária e administrativa da Ilha. No desenho, as entradas das barras estão guarnecidas com construções que remetem a fortificações: na barra de Itamaracá, o Forte Orange, e, na Barra de Catuama, o Fortim de mesmo nome, além da Vila de Nossa Senhora da Conceição com suas muralhas.

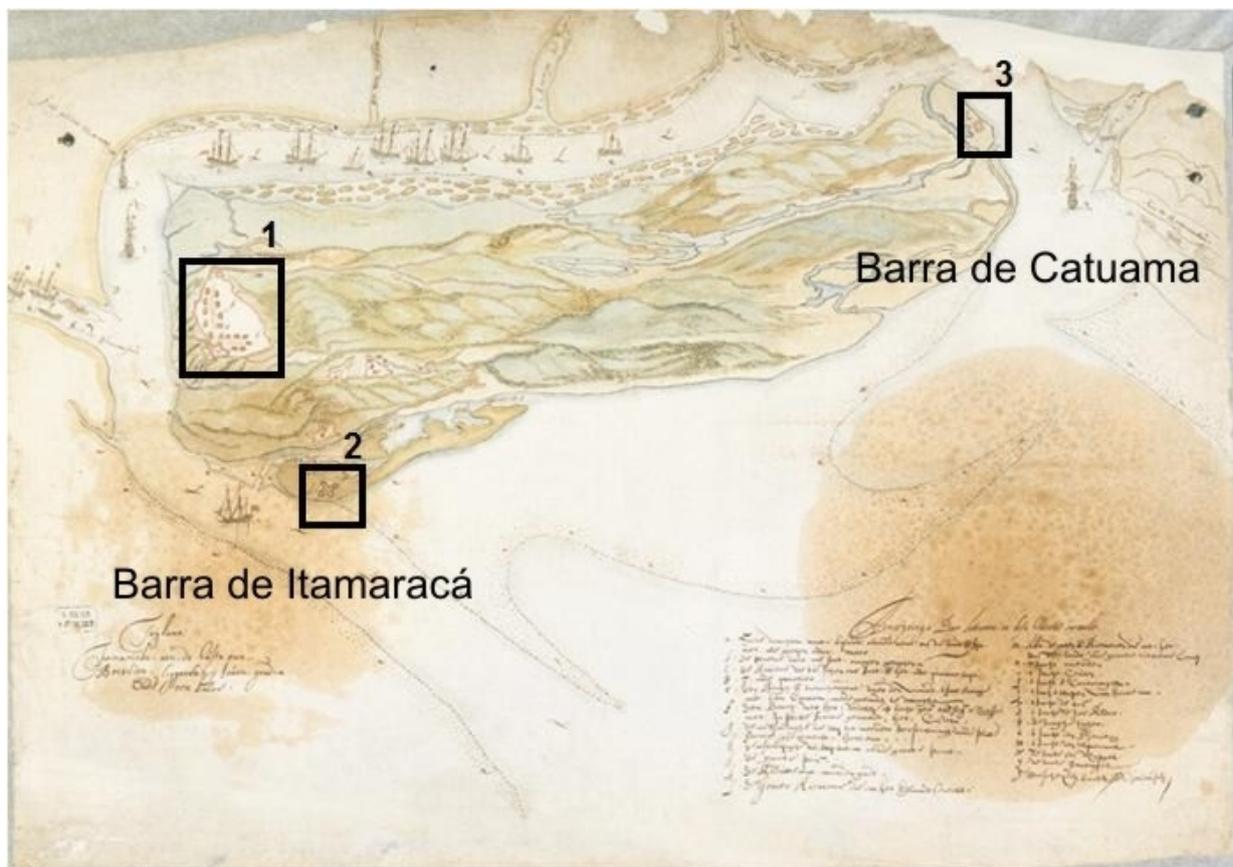


Figura 1: Autor desconhecido. *Eylant Itamarica*. 1633. Marcações nossas. Imagem mostra a Ilha de Itamaracá em uma vista aérea onde é possível perceber o contexto associado entre os portos, o centro administrativo e as fortificações. 1) Vila de Nossa Senhora da Conceição, em frente ao acesso para a Vila de Igarassu. 2) Forte Orange. 3) Fortim de Catuama. Identificadas por nós também as duas barras que possuía a ilha. Fonte: (REIS FILHO, Nestor Goulart, 2002).

A lógica na organização espacial das estruturas refuta a prerrogativa de uma articulação entre unidades. Cada forte defenderia uma entrada do canal, limitando as possibilidades de um

ataque por ambas as barras que forma a ilha. Vale salientar que o desenho já mostra o Forte Orange, indicando que nessa data se tinha conhecimento da existência da unidade. As estratégias adotadas na fortificação da Ilha de Itamaracá corroboram com a teoria elaborada por Bruno Romero Miranda, ao afirmar que “uma fortificação bem posicionada ou um conjunto delas agindo de maneira complementar, é capaz de impor uma barreira estratégica no caminho de um agressor perigoso” (MIRANDA, 2003:90).

No caso apresentado no desenho, novamente a Ilha de Itamaracá aparece sendo atacada. Nestor Goulart Reis Filho, ao analisar essa iconografia, esclarece que, provavelmente, este seria um ataque holandês ao território da ilha, tanto pela barra principal quanto pela retaguarda, em Catuama. Também é possível observar que algumas embarcações rumam em direção à Vila de Igarassu, importante para a Capitania de Pernambuco, sendo um de seus mais antigos núcleos de povoamento (MELO, 2011).

A própria Vila de Nossa Senhora da Conceição servia como um reduto fortificado, na medida em que o núcleo urbano estava no alto de um morro e cercado por muralhas em alguns dos lados. A escolha para locação do centro administrativo foi pensada também com relação às possibilidades de defesa, implementada com a construção dos muros (NEVES, 2009).

No *Breve Discurso sobre o estado das quatro capitâneas conquistadas* apresentado por Adriaen van der Dussen ao governo holandês para dar ciência sobre a real situação em que se encontravam as novas conquistas, a Vila de Nossa Senhora da Conceição é descrita da seguinte maneira:

A pequena cidade Schoppe, sita na mesma ilha, está fortificada desde o tempo antigo. Como fortificada foi quando nós a tomamos. O superfulo parapeito feito pelos portugueses, que não havia tropa que o guarnecesse, tinha necessariamente que ser abandonado e nos deixamos que se arruinasse. A pequena igreja, que fica ao sul da cidade, foi ligada a bateria de flanco do rio [...] Mas não era isso bastante contra o inimigo que com notável poder viesse de fora (MELLO, 1981:89).

Na descrição, é importante observar dois aspectos: primeiro o argumento utilizado para descrever as muralhas que circulavam a vila em alguns pontos caracterizada como “superfula”, valorizando, assim, a sua incipiente estrutura e a falta de soldados para a vigia, podendo sua função defensiva; o segundo ponto seria a relevância dada ao fato de que a vila não estaria provida das defesas suficientes para suportar um ataque mais organizado, mesmo com a igreja matriz, aproveitada como reduto militar também.

O planalto elevado e murado garantia, além de tudo, uma defesa natural. Stela Barthel lembra que a muralha deve ter sido construída no início do século XVII, assim que é constatada a ameaça holandesa nas terras do Brasil. Essas medidas garantiam que a defesa da vila não ficasse totalmente à mercê da defasada estrutura defensiva em que a ilha estava inserida nesse momento (BARTHEL, 2007:97).

Em relação às fortificações mais regulares,³ a Ilha de Itamaracá era defendida, como já fora dito, por duas guarnições, uma em cada entrada do Canal de Santa Cruz. A Fortaleza de Santa Cruz dominava a barra sul, e a porção norte, o Fortim de Catuama.

Em 1609, ao realizar uma detalhada descrição das capitanias sob o controle da Coroa portuguesa, Diogo de Campos Moreno não relaciona na Ilha de Itamaracá nenhuma fortificação, porém nos dá indícios sobre a militarização de sua população a partir da necessidade de defender o território. Na Capitania de Itamaracá, de maneira geral, segundo esse cronista, existiriam cerca de 500 homens brancos que poderiam se armar em caso de necessidade, porém os mesmos, na maioria das vezes, se concentram em suas fazendas, a fim de protegê-las (MORENO, 1984:198).

Diogo Moreno continua sua descrição detalhando a situação da ordenança militar local, utilizando a contagem de seus membros de acordo com a função em toda a capitania, porém sempre evidencia a defasagem da mesma na época da escrita de seu texto. De acordo com o autor, “há na dita Capitania duas companhias de ordenança com 220 homens arcabuzeiros bem a ponto com seus capitães, alferes, bandeiras e tambores e os demais oficiais que convém e 22 homens de cavalo (MORENO, 1984:198). A partir da leitura do documento, não fica clara a distribuição desses homens no interior da Ilha de Itamaracá. Diogo Moreno somente indica que muitos destes defendiam seus interesses pessoais em prioridades particulares (MORENO, 1984:198).

Um argumento utilizado por Diogo de Campos Moreno para explicar a falta de uma organização militar mais eficiente e numerosa em relação aos soldados em Itamaracá é a de que, estando a sede administrativa da capitania próxima a Pernambuco, a mesma se valia do potencial de defesa de sua vizinha para resguardar seu território:

Não tem esta capitania gente de guerra, nem pareceu deixar-se-lhe nas reparações, por que na verdade a guarnição de Pernambuco está tão perto que em certo modo tanto favorece esta capitania como as vizinhas da sua mesma (MORENO, 1984:198).

Então, é nessa conjuntura que, a partir de 1631, os holandeses iniciam os primeiros ataques ao território da Ilha de Itamaracá, o qual resiste num primeiro momento, mas acaba cedendo às investidas inimigas, entregando o controle de seu território ao domínio flamengo. É atribuída ao coronel da WIC Sigismund Van Schkoppe a ação militar que culminou na posse definitiva da Vila de Nossa Senhora da Conceição, passando a mesma ao controle holandês em 1633, sendo chamada a partir desse momento de Vila Schkoppe, em homenagem ao general vitorioso (ANDRADE, 1999). A construção das primeiras estruturas do Forte Orange remete a esses momentos (ALBUQUERQUE, 2009).

FORTE ORANGE

Sob a guarda do Forte Orange estava a entrada sul do Canal de Santa Cruz, que dava acesso à Vila de Nossa Senhora da Conceição, à Vila de Igarassu, que era importante sob jurisdição da Capitania de Pernambuco, e ainda ao principal porto daquela região, logo na entrada do canal.

No *Breve Discurso sobre o estado das quatro Capitánias conquistadas: de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil*, também é possível observar uma detalhada descrição da situação das principais fortificações existentes no território. Sobre o Forte Orange, o relatório apresenta:

Dentro da barra apresenta-se em primeiro lugar o Forte Orange, situado sobre um baixo de areia separado de terra firme por uma angra, que é vadeável de baixa-mar. Este forte domina a entrada do porto, visto que como os navios que entram têm que passar por diante dele a tiro de arcabuz. É quadrado, com quatro baluartes, e ultimamente foi elevado e reparado, mas quase não tem fossos, nem estacada ou paliçada, o que é necessário que se faça, bem como convém aprofundar o fosso e cercar o lado exterior com uma contra-escarpa. Diante deste forte, do lado do Norte, por onde o inimigo pode se aproximar, há um hornaveque (MELLO, 1981:86).

Um fator que chama a atenção na comparação entre o *Breve Discurso* e o relatório de Diogo de Campos Moreno é a diferença de prioridades dada à área em relação à defesa no local. Para Moreno, fica claro que Itamaracá não necessita de reforço militar, pois esta demanda seria atendida pela capitania vizinha em caso de necessidade. Já no *Breve Discurso*, a ilha é descrita com minúcias e registra a necessidade de se fortalecer a defesa no local, temendo um ataque inimigo.

A preocupação em relação a um possível ataque é latente no documento holandês, e o relatório serve justamente para se organizarem as estratégias para aparar estas arestas relacionadas à defesa do território de maneira geral. Para o Forte Orange, o documento indica as principais medidas que devem ser aplicadas para que seja potencializada a função militar da unidade, indicando, inclusive, quais as reformas e melhorias são mais importantes.

No *Breve Discurso*, fica evidente também a necessidade de se manter, preservar e atualizar as estruturas do Forte Orange, haja vista a importante função do mesmo dentro do contexto defensivo nas novas possessões. O fosso deveria circular a fortificação, o qual é uma escavação que se fazia normalmente ao redor das unidades de defesa para dificultar o avanço inimigo em direção ao interior das muralhas, que poderia inclusive ser inundado para melhor proteger a unidade. O Forte Orange, já em seu primeiro desenho, tem quatro baluartes, os quais seriam as extremidades nos vértices do quadrado central com pontas salientes, que tinham poder de ataque e defesa potencializados (BARTHEL, 2007).

Mesmo com Olinda tomada, a Ilha de Itamaracá resistiu por alguns anos às investidas holandesas. O Forte Orange foi construído a poucos quilômetros da Vila de Nossa Senhora da Conceição, centro português, e os dois núcleos coexistiram em tensão constante até a conquista definitiva da vila, que só ocorreu por volta de 1633 (MELLO, 2007). Sobre este assunto, Evaldo Cabral de Mello ressalta que até esse momento os holandeses estariam cercados em alguns pontos isolados no Recife “e na cabeça-de-ponte estabelecida na extremidade meridional de Itamaracá, onde haviam construído o Forte Orange.” (MELLO, 2007:89).

Evaldo Mello lembra, ainda, que o controle da Capitania de Itamaracá iniciou-se a partir da conquista da Ilha de Itamaracá, tendo os holandeses construído o Forte Orange e se organizado para, a partir dele, suplantar a Vila de Nossa Senhora da Conceição, controlando o seu principal porto e seu centro administrativo. Toda a capitania e seus arredores foram sendo dominados progressivamente, com prioridade para as áreas de engenho (MELLO, 2007). Em suma, Mello argumenta que, “de Itamaracá, terminada a conquista da ilha, as tropas holandesas varejavam os engenhos de Goiana e Igarassu, do outro lado do Canal de Santa Cruz.” (MELLO, 2007:36).

Inicialmente erguido com precárias instalações, logo que é consolidada a administração holandesa no local, o Forte Orange é organizado de maneira mais regular, com baluartes, fosso, quartéis internos e praça de armas, além de outras estruturas ligadas ao contexto (ALBUQUERQUE, *et. al.* 1999).

É importante frisar, em relação ao Forte Orange, que as atuais estruturas do mesmo, tal qual as conhecemos hoje, são de origem portuguesa. Em suma, “a Fortaleza de Santa Cruz apresenta uma morfologia externa muito semelhante à do Forte Orange, construído pelos holandeses, entretanto, foram dois fortes distintos.” (ALBUQUERQUE, 2009:45). As escavações arqueológicas indicaram que o reduto holandês estaria, na verdade, abaixo das atuais estruturas (ALBUQUERQUE, 2009).

É possível observar essas características do Forte Orange na ilustração 2, apesar de as estruturas atuais desse forte terem, basicamente, origem portuguesa pós-restauração, ainda preserva-se o padrão básico da antiga unidade.



Figura 2: Vista aérea do Forte Orange. Fonte: Disponível em: www.vivercidades.org.br. Acesso em: 25/12/2012.

Somente em 1654, debeladas as últimas resistências holandesas, é que o forte passa ao domínio lusitano e a partir de então é chamado de Fortaleza de Santa Cruz. Suas atividades oficiais são registradas ainda no século XIX, quando a fortificação foi importante no contexto da Revolução Pernambucana de 1817 (ALBUQUERQUE, *et. al.* 1999). Progressivamente, porém, o forte vai perdendo sua importância, por isso a necessidade de manter a estrutura se torna secundária, tendo, o mesmo, chegado ao século XX já em ruínas, sendo que somente foi restaurado e suas estruturas consolidadas pela SPHAN entre as décadas de 1960 e 1980 (BARTHEL, 2007:113).

Em uma imagem que integra o livro de Barlaeus, é possível observar uma planta de como seria o Forte Orange na época do domínio holandês. Nota-se que existe uma grande semelhança com o desenho atual.

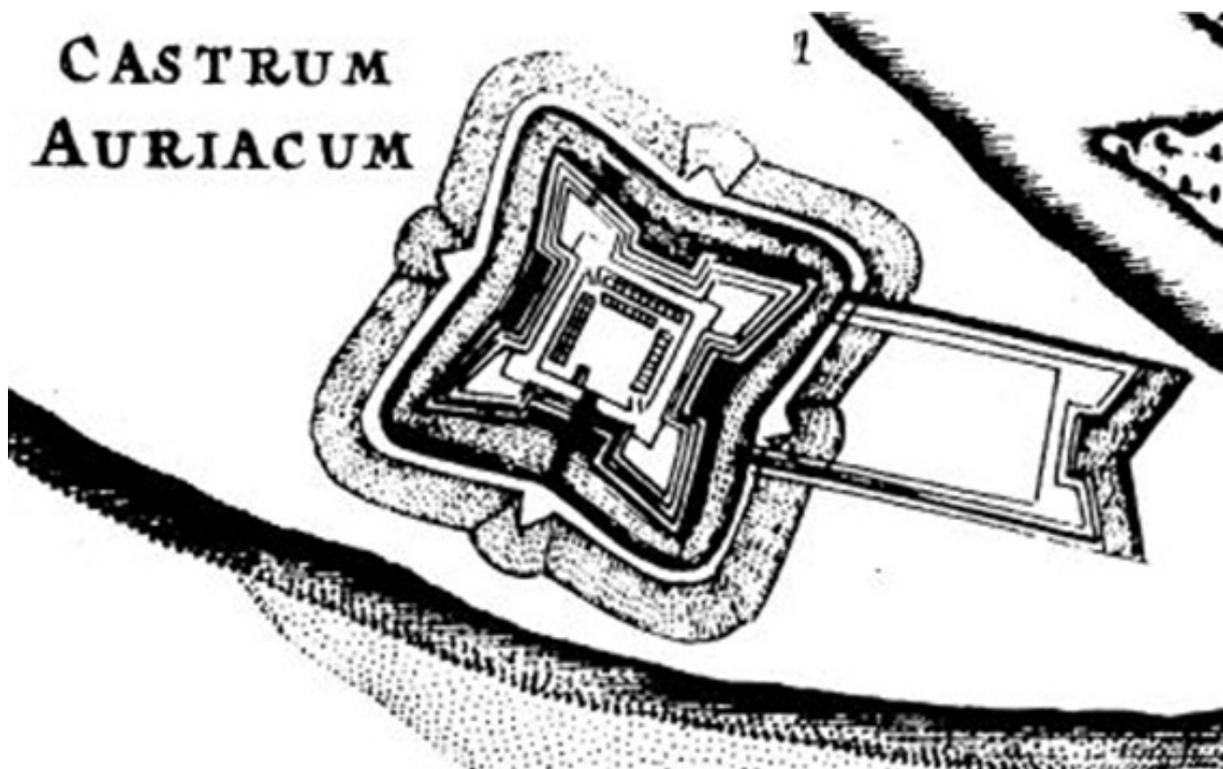


Figura 3: Autor não identificado. Insula Tamaraca (CASTRUM AURIACUM). Detalhe. A imagem inserida no livro de Gaspar Barlaeus apresenta uma planta do Forte Orange onde é possível observar suas estruturas internas e externas. Fonte: Disponível em: <http://www.atlasofmutualheritage.nl>. Acesso em: 13/03/2012.

Sobre a paliçada ou estacada, que cercaria uma parte do reduto, Barlaeus acrescenta à sua descrição que a mesma foi encomendada pelo próprio Maurício de Nassau, visando

potencializar a atuação defensiva da unidade: “Protegeu Maurício também o forte de Orange, na Ilha de Itamaracá, cingindo-o de estacada.” (BARLAEUS, 1980:45).

Além de um sistema físico de defesa, também era necessário organizar uma tropa que atendesse à demanda de defender o território. Joan Nieuhof, em 1645, fala sobre a Ilha de Itamaracá durante o governo holandês. Na obra *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, o autor descreve momentos de constantes confrontos entre a resistência portuguesa contra os holandeses. Nesse contexto, ele cita as ordens recebidas para a defesa mais eficaz da Ilha de Itamaracá sob a jurisdição do novo governo. Inclusive, Nieuhof ressalta a necessidade de serem mandados mais recrutas para a área visando garantir e intensificar o poder de combate e assegurar a defesa daquela região:

Quarenta novos recrutas foram enviados para Itamaracá sob o comando do Capitão Pieter Seulijin, senhor do Engenho Harlem, porque esta ilha era da maior importância para nós e porque as guarnições do Forte Orange e Cidade Schkoppe de apenas uma companhia em cada uma das praças eram muito fracas e os moradores armados não montavam muito mais que uma companhia (NIEUHOF, 2001:34).

Nieuhof aponta alguns aspectos importantes em relação à posição da Ilha de Itamaracá no contexto holandês. Para ele era necessário manter a região a todo custo, e isso iria se concretizar a partir do momento em que o problema da carência de recrutas na ilha e na capitania fosse sanado. Os próprios moradores da vila e os aliados aos holandeses deveriam se armar em caso de necessidade, e eles mesmos entrarem na contagem do contingente militar do local. Em outro momento do documento, o cronista escreve que o Forte Orange deveria ser mantido a todo custo, mesmo que outras partes da Ilha de Itamaracá fossem perdidas, já que unidade de defesa era de importância para aquela conjuntura (NIEUHOF, 2001). O relator ainda deixa a premissa de que em último caso, sendo a Ilha de Itamaracá atacada, a vila deveria ser abandonada e as forças seriam concentradas no Forte Orange, fato que aconteceu por algum tempo (BARTHEL, 2007).

A importância da Ilha de Itamaracá no contexto holandês advém do fato de que a mesma era provida com os principais aspectos necessários para administração e sobrevivência. No território da Ilha de Itamaracá, existia um centro urbano, um porto e um forte. Todo esse espaço era cercado pelo Canal de Santa Cruz, ou seja, três aspectos de importância capital para se manter o funcionamento de um sistema administrativo na época (ANDRADE, 1999).

Ao assumir o controle do forte, em 1654, é que os portugueses empreendem as primeiras grandes reformas nas suas estruturas que eliminam os resquícios físicos mais evidentes da antiga fortaleza holandesa. Somente em fins do século XVII é que são iniciadas grandes reformas nas estruturas do reduto.

Em 1689, D. Pedro II, rei de Portugal, pede a Carlos de Sepúlveda, capitão-mor da Capitania de Itamaracá, uma relação detalhada da situação bélica da ilha-sede da capitania. Nessa relação, deveria conter ainda a situação das armas, da pólvora, das munições e a quantidade de soldados.⁴ A importância de uma estrutura de defesa bem consolidada é evidenciada na Ordem Régia, já que o Rei expressou insegurança em relação a possíveis ataques de inimigos e ainda registrou a relevância que a Ilha de Itamaracá possuía para a Coroa na nova conjuntura. Os recentes acontecimentos com os holandeses parecem ter instigado Portugal a tomar maiores precauções em relação àquela parte do reino, anteriormente muitas vezes esquecida.

À constatação que chega o Rei, ao analisar o relatório enviado por Sepúlveda, é de que a Fortaleza de Santa Cruz, defesa de grande importância, encontra-se “derrubada por duas partes sem reparo algum”⁵. Registrada a necessidade de uma reforma urgente, a Coroa informa como proceder:

Para o concerto da força de Santa Cruz lhe ordeno que mande o engenheiro ver o que necessita para se mandar fazer prontamente aplicando para eles os serviços que houver nesta capitania e que quando os não haja ou não bastem que bem informado lhe aplique os meios que lhe parecer mais conveniente.⁶

No documento, fica evidente a importância que tinha a fortaleza para aquela conjuntura, e a obra se torna prioritária, devendo ser reformado o forte de maneira geral nas principalmente a praça de armas com os quartéis. A dominação holandesa estava recente, e o Rei manifestava preocupação em perder novamente o controle do território para qualquer outra potência da época. Isso se consolida com a organização e o aperfeiçoamento da malha de defesa.

Em 1686, o Conselho Ultramarino consulta o Rei D. Pedro II sobre a nomeação de pessoas para os cargos inerentes a funções táticas da Fortaleza de Santa Cruz, inclusive um posto de capitão para o forte estaria vago, aguardando nomeação real. Essas iniciativas fazem parte dos esforços da Coroa em organizar a força bélica da fortificação. Outros documentos dão conta da necessidade de novas armas e mais soldados.⁷ Mais tarde, em maio de 1688, o conselho

Ultramarino já solicita o provimento de Miguel Rodrigues de Sepúlveda para o posto de capitão da dita fortaleza.⁸

No mesmo ano, encontramos um requerimento da força militar do forte solicitando mantimentos e materiais para que a capela interna do reduto fosse provida com os suprimentos necessários para as celebrações religiosas.⁹

No entanto, somente em 1696 é que o engenheiro contratado para o serviço começa as medições e a obra. A partir de outra Ordem Régia reforçando a importância da Fortaleza de Santa Cruz para o sistema defensivo do norte do Brasil, o ato é iniciado realmente. Segundo Stela Barthel,

Em 1698, foi ordenado pelo Rei de Portugal que toda pedra que viesse nos navios como lastro fosse enviada para a Ilha de Itamaracá, para obras de contenção do mar junto às muralhas do forte, que eram de taipa, mas que estavam sendo encobertas por aterro, para que fosse construída a nova muralha em alvenaria de pedra e cal (BARTHEL, 2007:54).

Em 1705, outra Ordem Régia registra a satisfação da Coroa com o andamento “da obra em que se acha a Fortaleza de Santa Cruz [...] como também nas duas praças de artilheiros que o Governador de Pernambuco mandou acrescentar nesta fortaleza”¹⁰. Após esse momento, o reduto passa por consecutivas reformas até ser abandonado em algum momento do século XIX. O percurso traçado em relação à história dessa fortificação como importante unidade funcional integrada a iniciativas de defesa e militarização da Capitania de Itamaracá priorizou as etapas em que o forte está inserido dentro do período colonial.

FORTIM DE CATUAMA

Para a defesa da Barra de Catuama, existia um fortim com o mesmo nome localizado no pontal da extremidade norte da ilha. Sobre este, não existem muitas referências históricas em documentos relacionados ao seu período de funcionamento. De forma recorrente, era retratado em iconografias ou relatos vagos em descrições de viajantes, principalmente do início do século XVII. Mapas e plantas detalhadas sobre esse fortim não foram localizados durante as nossas investigações.

Guilherme Medeiros cataloga a Barra de Catuama como sendo um local de movimentação portuária da ilha desde o século XVI. Esse porto seria secundário em relação ao da barra sul,

até o início do século XVIII. Já que as Ordens Régias da Capitania de Itamaracá, depositadas no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, dão conta de querelas administrativas envolvendo a administração do referido fortim ainda na primeira metade desse século, o assunto será melhor abordado posteriormente.¹¹

Stella Barthel, em sua dissertação de mestrado, esclarece sobre esse fortim:

No lado norte do braço de mar, chamado de “Barra de Catuama” existiu um fortim luso-brasileiro cujos vestígios de alvenaria de pedra e cal ainda estão aparentes. Esta fortificação fechava o acesso ao Canal de Santa Cruz junto com o Forte de Santa Cruz, localizado na outra entrada, que antes da época do conflito, era também comandada por Salvador Pinheiro. Parece que este fortim já estava em ruínas quando os holandeses chegaram à ilha (BARTHEL, 2007:26).

Durante a realização do levantamento dos pontos fortificados das capitanias conquistadas para a realização do *Breve Discurso*, também é registrado o Fortim de Catuama. Sobre ele, o documento esclarece:

Na extremidade setentrional da mesma ilha, sobre a extremidade da barra do norte, há também um reduto com uma bateria que domina a dita entrada. Está assentado sobre um solo alto e pedregoso, pelo que não pode ter fossos fundos, mas está cercado de uma palissada. Este reduto se acha inteiramente arruinado, e é forçoso que seja reconstruído (MELLO, 1981:87).

A importância que o *breve discurso* oferece ao argumentar sobre a necessidade de reformas no fortim demonstra a relevância da unidade dentro do sistema de defesa da ilha. Dessa maneira, pela retaguarda, o acesso a partir do Canal de Santa Cruz estaria vulnerável a prováveis ataques, e a reconstrução dessa unidade poderia sanar essa demanda. Porém, não encontramos evidências de que essas reformas indicadas no documento tenham sido implementadas. Apesar disso, a maior quantidade de registros do forte remete ao período de dominação holandesa.

Adriano Verdonck, outro relator inserido no contexto holandês, descreve um reduto na Ilha de Itamaracá que pode fazer referência ao Fortim de Catuama. Segundo ele, “na mesma ilha, em cima de um monte na entrada do rio, um pequeno reduto com 5 ou 6 peças que podem lançar balas de 6 a 7 libras e são chamadas meios-sacres.” (VERDONCK, 1984:224). Esse documento, datado de 1630, constitui, basicamente, um relatório apresentado ao governo holandês que mostrava as terras do Brasil de forma mais detalhada.

Nesse trecho, Verdonck aponta a descrição de uma pequena fortificação e seu potencial bélico; a localização conhecida hoje do Fortim de Catuama no topo de um morro às margens da entrada do canal refuta a descrição no documento citado. Vale salientar que, nessa época, ainda não existiam as estruturas do Forte Orange, e o fortim da Barra de Catuama estava localizado no topo de um monte às margens do Canal de Santa Cruz.

O relatório evidencia a função principal do forte dentro daquele contexto, que seria, justamente, prevenir a barra de qualquer ameaça. A nomenclatura utilizada para definir o forte nas duas descrições analisadas aqui o categorizam como reduto, e não como forte. A incipiente estrutura física do mesmo com pouca capacidade bélica, sinalizada nas descrições, deve ter sido o motivo da utilização deste termo, já que significa uma estrutura menos desenvolvida.

Existe um conflito envolvendo o Fortim de Catuama na primeira metade do século XVIII que vale a pena ser analisado, já que corrobora a ideia do funcionamento do referido forte após a invasão holandesa. Duarte Sodré Pereira, capitão e provedor da Capitania de Itamaracá, denunciava, em 1730, a inviabilidade de se manter aquela estrutura em funcionamento, levantando inclusive suspeitas de corrupção por parte dos poucos envolvidos na administração do forte. Em relação às munições, apetrechos e dinheiro que eram enviados ao local, Duarte Sodré é categórico:

Não sei que serventia lá podiam ter a não ser para se desencaminharem, o que Vossa Majestade fará examinar, digo, fará averiguar e restituir ao almoxarife com as [ilegível] necessárias e diria ao cabo da fortaleza que não mande mais para aquele sítio soldados na forma que me parece já tenho ordenado.¹²

Mais tarde, Duarte Sodré Pereira é mais incisivo ainda quando manda dar baixa a Jerônimo Paes Bolhões, que era capitão do Fortim de Catuama. No documento, Sodré faz denúncias diretas em relação ao capitão do fortim: que, segundo ele, recebe o soldo mesmo não assumindo mais suas obrigações com o local, solicitando a baixa do capitão. Antes disso, em 1719, aparece solicitando ao Rei D. João V, através de uma carta, que o seu soldo continuasse com o mesmo valor recebido pelos seus antecessores no posto de capitão da fortificação.¹³

Observa-se que o referido forte não exerce mais sua função principal de guarnecer a entrada norte do Canal de Santa Cruz, por já se encontrar abandonado e, praticamente, sem atividades oficiais. Segundo a Ordem Régia de 1730,

O Provedor da Fazenda Real que serve como provedor da Capitania de Itamaracá manda dar baixa a Jerônimo Paes Bolhões no posto de Capitão do Forte da Catuama por não haver tal forte nem em exercitar este posto em coisa alguma mais que cobra o soldo de quatro mil Réis por mês a dezoito anos morando na Vila de Goiana que dista daquele sítio seis léguas.¹⁴

Pouco tempo depois, no ano de 1732, Duarte Sodré Pereira informa ao Rei, por meio de uma carta, que havia dado baixa ao Capitão Jerônimo Paes Bolhões do seu posto no fortim, devido aos motivos apresentados anteriormente.¹⁵

Somente em 1859 é que foram, novamente, encontradas notícias sobre o Fortim de Catuama, em bibliografia específica, quando D. Pedro II, em visita ao local, registra ter visualizado as suas ruínas (ALBUQUERQUE, *et. al.* 1999:111).

Existem vestígios de estruturas arqueológicas na porção norte da Ilha de Itamaracá que podem ser associadas ao Fortim de Catuama, devido à localização geográfica comparada com iconografias e descrições de cronistas, além da bibliografia sobre o assunto, que podem nos auxiliar a comprovar essa hipótese.¹⁶ As estruturas estão inseridas no topo de uma área elevada no pontal norte da Ilha de Itamaracá às margens do Canal de Santa Cruz. Essas informações foram levantadas durante a execução do projeto *Patrimônio Arqueológico Subaquático do Litoral de Pernambuco*, em 2009, pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco.



Figura 5: Vestígios arqueológicos pertencentes ao antigo Fortim de Catuama, no extremo norte da Ilha de Itamaracá. Fonte: Acervo do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Podemos perceber, analisando os dados referentes às fortificações regulares em Itamaracá, que a mesma estava integrada a um contexto de militarização e defesa bem organizado, já que a Ilha estava articulada de forma a prevenir seu território de ataques, constantes durante o período colonial. Nesse sentido, podemos inferir que a questão da defesa da Capitania de Itamaracá, mais precisamente da ilha, foi organizada a partir de dois eixos: principalmente resguardar o território da ameaça externa, ao tentar eliminar ao máximo a atuação de outros reinos naquela região; e também era preciso preservar o espaço dos indígenas que habitavam ainda o interior da ilha e seus arredores, muitas vezes inimigos dos portugueses.

AGRADECIMENTOS E RECONHECIMENTO AOS ÓRGÃOS FINANCIADORES

O presente artigo faz parte dos resultados das pesquisas desenvolvidas pelo projeto *Patrimônio Subaquático do Litoral de Pernambuco*, executado pelo núcleo de ensino e

pesquisas arqueológicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco e financiado pelo CNPq. As pesquisas foram realizadas no âmbito da elaboração da dissertação de Josué Lopes dos Santos, bolsista Capes, então aluno do mestrado em História Social da Cultura pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a orientação da Dr^a Ana Lúcia do Nascimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, C. de. 1988. *Capítulos de História Colonial*. São Paulo: Ed. Itatiaia/Edusp.

ALBUQUERQUE, M. 2009. Arqueologia do Forte Orange. *Revista da Cultura*. Rio de Janeiro, n. 15, ano IX, p 37–47.

ALBUQUERQUE, M. 2010. Arqueologia do Forte Orange: O forte holandês. *Revista da Cultura*. Ano X, n 17. P 36–43.

ALBUQUERQUE, M. LUCENA, V. WALMSLEY, D. 1999. *Fortes de Pernambuco*. Imagens do passado e do presente. Recife: Graftorres.

ANDRADE, M. C. de. 1999. *Itamaracá, uma capitania frustrada*. Recife: CEHM.

BARLAEUS, G. 1980. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife.

BARTHEL, S. 2007. *Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Recife: CFCH/UFPE.

BOXER, C. 2002. *O Império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras.

CAVALCANTE, L. 2009. *Pernambuco e o medo dos Clubes de França: O caso do Le Diligent (1792–1793)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFRPE/DEHIST.

COSENTINO, F. C. 2012. Apontamentos sobre a defesa do litoral, questões militares, governo-geral do Estado do Brasil e carreira militar, séculos XVI e XVII. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro, v.8, n 15, p. 1–25.

DONIN, L. de A. 2012. Um mar de heranças: A importância do Atlântico na configuração do Império do Brasil. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 1–13.

GANDAVO, P. de M. 2008. *História da Província de Santa Cruz*. São Paulo: Editora Hedra.

GUERRA, M. E. 1996. A presença francesa no Nordeste do Brasil no século XVI: uma contribuição da História à Arqueologia. *Revista de Arqueologia* - Coleção Arqueologia. Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 79–85.

JUNIOR, L. S. da S. 2006. *O Forte do Matos e o crescimento urbano do extremo sul do Recife, 1680–1730: Uma perspectiva arqueológica*. Dissertação (Mestrado em arqueologia). Recife: UFPE.

KEATING, V. MARANHÃO, R. 2011. *Diário de navegação: Pero Lopes e a expedição de Martin Afonso de Sousa (1530–1532)*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

LOPES, J. 2010. O SENTIDO DA COLÔNIA: Estudo das unidades funcionais da Ilha de Itamaracá - PE entre os anos de 1530 a 1654. Monografia (Graduação em História). Recife: DEHIST/UFRPE.

MEDEIROS, G. S. 2001. *Arte da Navegação e Conquista Européia do Nordeste do Brasil (Capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos Séculos XVI e XVII)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MELLO, E. C. de. 2007. *Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630–1654*. São Paulo: Editora 34.

MELLO, J. A. G. de. 1981. *Fontes para a história do Brasil holandês* (v. 1). MEC/SPHAN/Fundação Pró-Memória.

MELLO, J. A. G. de. 2001. *Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS.

MELO, T. S. 2011. *Registros coloniais inscritos nos mapas da antiga Vila de Igarassu, Pernambuco*. I Simpósio brasileiro de cartografia histórica. Anais. Paraty, p. 1–16.

MIRANDA, B. R. F. 2006. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégias da política de defesa portuguesa* (O caso da Capitania de Pernambuco/1654–1701) Dissertação (Mestrado em História). Recife: CFCH/UFPE.

MIRANDA, B. R. F.. 2003. *O sistema de defesa da barra e do porto do Recife no século XVII*. Clio – Série Arqueológica. Recife, n 16. p 87–101.

MORENO, D. de C. 1984. Relação das praças fortes do Brasil. *Revista do Instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*. Recife, v. LVII, p 185–247.

NEVES, A. L. 2009. *A Transferência da cidade portuguesa para o Brasil – 1532-1640*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Recife: CFCH/UFPE.

NIEUHOF, J. 2001. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. São Paulo: Beca produções culturais. CD-ROM.

RAMINELLI, R. 2008. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda.

REIS FILHO, Nestor Goulart. 2002, *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP/Imprensa oficial.

SALVADOR, Frei V. *Historia do Brazil (1500–1627)*. Curitiba: JUARÁ.

SILVA, K. 1999. *O miserável soldo & A boa ordem da sociedade colonial*. Dissertação (Mestrado em história). Recife: UFPE/CFCH.

SOUSA, G. S. de. 2010. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Hedra.

TEIXEIRA, M. 2000. Os Modelos Urbanos Portugueses da Cidade Brasileira. *Revista Urbanismo 3 de origem portuguesa*. Lisboa.

VERDONCK. A. 1984. Descrição das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Parayba e Rio Grande. *Revista do Instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano*. Recife, ano

NOTAS

¹ Vale ressaltar que não é intenção deste trabalho analisar de forma aprofundada a conjuntura em que estavam inseridas as tropas militares na colônia; sobre o assunto sugerimos a leitura da dissertação: SILVA, 1999.

² Salientamos que, durante o século XVI, existia um reduto fortificado que garantia a entrada da Barra de Itamaracá pela porção sul, este seria o Reduto dos Marcos. O local recebeu esse nome devido ao fato de que estava localizado no ponto onde seria o marco divisório entre as capitanias de Pernambuco e Itamaracá no continente, porém não teve maior desenvolvimento, provavelmente devido à sua estrutura física incipiente. Sobre o assunto ver: ALBUQUERQUE *et. al.*, 1999.

³ Para caracterizar uma fortificação como regular, utilizaremos a categoria adotada por Luiz Severino da Silva Junior, esta seria “erguida a partir de estruturas de terras, composta por fossos (com água ou seco), paliçadas de madeira, caminhos cobertos, contra-escarpa, poternas, baluartes, etc. Além disso, possuía em sua praça d’armas todo um conjunto de quartéis e instalações com funções variadas (casa da pólvora, casa do comando, capela, almoxarife, etc.)” (JUNIOR, 2006:102).

⁴ APEJE; Ordens Régias 3 (1680 a 1760); Volume 1, folha 84.

⁵ APEJE; Ordens Régias 3 (1680 a 1760); Volume 1. Pág. 87.

⁶ APEJE; Ordens Régias 3 (1680 a 1760); Volume 1. Pág. 87.

⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1355.

⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1366.

⁹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1357.

¹⁰ APEJE; Ordens Régias 3 (1680 a 1760); Volume 1. Pág. 98.

¹¹ APEJE; Ordens Régias 3 (1680 a 1760); Volume 2. Pág. 54.

¹² APEJE; Ordens Régias 3 (1680 a 1760); Volume 2. Pág. 134.

¹³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 28, D. 2560.

¹⁴ APEJE; Ordens Régias 3 (1680 a 1760); Volume 1. Pág. 137.

¹⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 42, D. 3805.

¹⁶ Marcos Albuquerque registra o Fortim de Catuama em fotografias e indica sua localização geográfica. A imagem 5 foi registrada enquanto a equipe do laboratório da Arqueologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco realizou visita para reconhecimento da área.